

Introdução

Teresa Joaquim – CEMRI, Universidade Aberta

O caderno SACAUSEF (Sistema de Avaliação, Certificação e Apoios à Utilização de Software Educativo e recursos digitais) agora apresentado sobre *Género e Recursos digitais* (RED) foi realizado no âmbito de um protocolo de colaboração entre o Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta e a Direção Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular (DGDIC) do Ministério da Educação.

Este caderno surge na sequência de outros Cadernos SACAUSEF realizados e a equipa que o elaborou integra membros dos grupos que colaboraram em projetos anteriores desta Direção Geral e da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

O contexto institucional da elaboração deste Caderno vem pois na sequência de uma longa colaboração entre instituições entre as quais a Universidade Aberta, através do seu Centro de Investigação (CEMRI) e, também na sequência de colaboração entre projetos, nomeadamente num de Formação Inicial de Docentes (IOFID), tendo havido por isso ao longo dos anos uma estreita colaboração entre membros destas instituições e, neste caso, com o Grupo de Investigação Estudos sobre as Mulheres, Género, Sociedades e Culturas. É pois neste quadro institucional que surge este Caderno, coordenado por Teresa Pinto e por mim própria.

Esta aparente digressão de carácter mais institucional pretende dar a ver um longo percurso de trabalho nesta área de Educação para a Igualdade nas vertentes diversas, a saber, materiais pedagógicos, formação de docentes, guiões de educação “género e cidadania” para os vários níveis escolares. Trabalho na área da Educação para a Igualdade que tem vindo a ser desenvolvido desde a implementação da democracia em Portugal em 1974, um trabalho pois continuado, persistente, transversal, teórico e prático, que pretendia que no âmbito duma sociedade democrática que deve ser plural e, no esforço constante para que nela as discriminações antigas e novas sejam pouco a pouco atenuadas, eliminadas, tal como está formalizado no texto base da República Portuguesa, a Constituição, que o explicita no n.º 2 do seu Artigo 13.º, relativo ao princípio da igualdade:

“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

Os manuais pedagógicos sob qualquer suporte (papel, áudio, vídeo, agora digital) são formas de dar a ver mundos e relações entre seres que os habitam, nunca são formas neutras nem na sua apresentação iconográfica, nem nos objetivos de ensino, na linguagem utilizada, nos documentos literários, ou nos exemplos que os integram ou nas atividades de ordem diversa propostas a rapazes e raparigas, por exemplo, na partilha de poder ente homens e mulheres na vida familiar (cf. Ana Silva); nas personagens e nos papéis que os mesmos desempenham nos enredos de narrativas literárias, científicas ou outras, a saber, a *assimetria narrativa* (cf. Ana Silva) e, nas ausências e silêncios que os perpassam, e nesse sentido, dizem mundos, formas de compreender passados, presentes e futuros que nos dão sistematicamente a ver, de forma hierarquizada – esta hierarquia é que vai mudando consoante os tempos – o tipo de sociedade que é pretendida, o lugar que homens e mulheres, jovens e crianças, marcados por classe, género, cultura, etnicidade, etc. lhes é dado.

Como afirmou Durkheim sobre cada modelo pedagógico: “mas uma transformação pedagógica é sempre a resultante e o sinal de uma transformação social que as explica” (1938, I: 213) e, por isso,

a hierarquia toma formas assimétricas diversas, por exemplo, ao nível da linguagem utilizada (os diminutivos tão frequentes a designarem as raparigas) e deste modo elas aparecem “mais fracas e mais frágeis”. Assimetrias que permanecem nos mundos digitais e, por isso, pretendeu-se refletir sobre temas centrais nos recursos educativos em geral e digitais em particular a partir de uma perspetiva crítica de género marcada pelo carácter relacional deste conceito.

Assimetrias que apesar da mudança de suporte podem permanecer (e permanecem), nomeadamente, nas exclusões que vão passando através da designação “os perigos da internet” e que marcam também o modo estereotipado como, por vezes, as profissões são tratadas diferencialmente, sendo necessário, como referiu Lurdes Fragateiro “trabalhar o sentido social das profissões”. Estas assimetrias, as aparentes neutralidades traçando de facto o que Graça Abranches denomina como “o problema da ocultação dos seres humanos do sexo feminino”, já que este é categorizado, não é o “categorizante”, a saber, “o criador das categorias e, por isso, ele é o *objeto* dessas categorias e não *sujeito* criador das mesmas.

Os artigos que constituem o Caderno têm como propósito analisar os recursos educativos disponibilizados no Portal das Escolas e incidem em duas áreas, a saber:

a) Género e recursos educativos digitais entre a conceção e a utilização.

Esta parte tem um cariz predominantemente teórico e pretendeu-se refletir sobre temas centrais nos recursos educativos em geral e digitais em particular a partir de uma abordagem numa perspetiva de género de questões centrais nesta matéria como os Discursos Culturais, a Internet e as práticas educativas, a Linguagem escrita, a Iconografia, a Interculturalidade.

b) Promover a igualdade de género através de recursos educativos digitais.

Esta parte tem um cariz mais prático e assenta predominantemente na análise de recursos educativos digitais já disponíveis no Portal das Escolas,

A sua elaboração foi realizada a partir de uma grelha de avaliação que engloba vários itens, entre eles destacamos os domínios linguístico, o dos valores e atitudes e o científico, domínios que não se devem nem podem de facto desligar.

Uma última parte apresenta um instrumento produzido por um amplo coletivo e destinado a apoiar a aplicação dos itens de género da grelha Sacaufef por parte das validadoras e dos validadores de Recursos Educativos Digitais da DGIDC/ME.

Julgo que neste caderno SACAUSEF são sublinhadas e evidenciadas questões de ordem diversa em relação aos recursos educativos digitais fundamentais no momento atual e na sociedade em que vivemos, tanto do ponto de vista tecnológico, como político e científico, no momento em que eles tomam um papel cada vez mais importante na prática pedagógica, na vida e nos seres humanos, estes com uma componente cada vez maior de próteses tecnológicas incorporadas, conforme é referido no texto sobre “a utilização da Internet par rapazes e raparigas”(cf. Maria João Duarte Silva e Eduarda Ferreira), em que as autoras mencionam uma “*geração always-on*”. Deste modo, são vários os propósitos de análise destes materiais. Neste caso, é a “*geração always on*” em que se fazem “vidas digitais” que merece atenção especial na análise dos recursos pedagógicos disponibilizados no Portal das Escolas e no modo como eles se inscrevem e dão sentido às práticas e às aprendizagens no âmbito de uma sociedade democrática, cujo eixo central é a pluralidade e, nesse sentido, é importante perceber as múltiplas diferenças que constituem esta pluralidade e as suas interseccionalidades.

No caso que agora abordamos é central, num projeto de sociedade e no modelo pedagógico correspondente de educação para a cidadania, o modo como as tecnologias se inscrevem e a tentam tornar real

e concreta ou antes ou por vezes o limitam e o deformam e, deste modo, no entrelaçar de questões que percorrendo os textos que integram este caderno SACAUSEF podemos encontrar:

- a) ausência de atenção às questões de género e permanência de estereótipos nos materiais utilizados, tanto a nível da linguagem utilizada, sobretudo nas questões relacionadas com o sexismo como nas atividades propostas;
- b) os estereótipos nas imagens (modos de vestir, local, profissões escolhidas como masculinas ou femininas) ou uma utilização que induz falsas leituras das profissões (cf. Teresa Pinto); ou ainda ausência de criadoras nos manuais de artes visuais (cf. Cristiana Pena) permanecendo a pergunta formulada por Griselda Pollock em 1971: *“why have there been no great women artists?”*;
- c) imagens que não são adequadas às questões que estão a abordar, tanto do ponto de vista científico como cívico e induzindo também leituras erradas (cf. exemplo sobre sida) ou podendo não existir relação entre imagem e o tema ou a atividade proposta (cf. Filomena Teixeira e Fernando M. Marques).

Significa que não tem havido atualização dos conhecimentos produzidos na articulação do género como categoria de análise com outras categorias e, apesar dos Estudos sobre as Mulheres e Género terem garantido um aumento considerável do conhecimento sobre o passado, mantém-se nos recursos educativos analisados esta questão referida por Teresa Pinto: “[...] a invisibilidade ou estereótipo de género decorre com frequência da inconsistência conceptual ou representações das sociedades passadas pouco consonantes com os resultados das investigações”.

Há ainda que sublinhar que as tecnologias não são neutras e por isso não só não deve ser limitado o acesso das raparigas a “algumas” tecnologias, lembrando essa “esfera reservada” na história da educação das mulheres, essa esfera interdita às mulheres no seu acesso ao conhecimento, mas antes procurar implementar uma verdadeira “literacia digital” porque, e retomando a mesma afirmação, as tecnologias não são neutras e o seu acesso está também marcado por desigualdades, nomeadamente de classe, de ordem cultural, política, etc.

De salientar que a análise produzida em alguns dos textos agora apresentados sublinha a mesma base ideológica na análise de “culturas outras”, em que se pode incluir o modo como as raparigas são (ainda) socializadas, como refere Luísa Aires (p. 3). “Ao relacionarmos interculturalidade e género, observamos que os dois conceitos se desenvolvem a partir de conceções próximas sobre o mundo: rejeitam lógicas de dominação, [...] denunciam lógicas de exclusão, promovendo dinâmicas de transformação social”.

Do mesmo modo sexismo e racismo fundamentaram-se em razões de “natureza” imutável e é esta visão “naturalizada” dos seres que é necessário desmontar, conforme aparece de modo explícito no texto de Antónia Fernández, e ainda ter a noção a partir da análise crítica de género que o mesmo não é uma grelha externa às práticas mas algo que nos constitui, que incorporamos, fruto de socializações diversas e, por isso, aparece como naturalizado.

Em sentido diverso desta “imutabilidade” deve ser referida a importância de apresentação de “mundos diferentes, porventura, pouco familiares mas que permitem por isso, levar-nos a questionar as regras do nosso próprio mundo” (cf. Teresa M. Tavares); mundos diferentes dados, nomeadamente, através de exemplos que podem constituir modelos positivos de referência e que a sua ausência marca uma falha nos múltiplos espaços onde a vida se desenrola até ao espaço mais íntimo de cada um/a. Propostas que devem constituir *desafios* em vez de perpetuarem a constante “colagem” a imagens que, na sua repetição, reforçam o mundo privado e materno-doméstico para as raparigas. Desafios que possam expressar alternativas não sexuadas (cf. Paula Silva) e que permitam alianças e conexões entre mundos onde a

invenção, a crítica possam ser, também elas, integradas de modo pedagógico e que passa pela “consciencialização e questionamento do «código curricular do docente» que se afigura central neste processo de mudança” (cf. Teresa Alvarez).

Para concluir, apesar de que nesta introdução não se pretendeu a resenha de cada texto mas, antes, uma abordagem geral da publicação, deve ser sublinhada a importância da análise e do trabalho crítico, sempre a continuar, sobre os recursos disponibilizados e a disponibilizar e, ainda, a positividade de algumas propostas pedagógicas, referidas por algumas autoras nos recursos educativos disponíveis; apesar de algumas lacunas, imprecisões, omissões aqui apresentadas, são passos de um longo caminho já feito e a continuar, a tornar melhor, a produzir novas práticas e novas possibilidades pedagógicas.

Desejamos que os textos de análise dos materiais disponibilizados no Portal das Escolas apresentados neste Caderno SACAUSEF sobre “*Género e Recursos Digitais*” possam ser um pequeno contributo para que seja possível um mundo mais justo na senda de instrumentos internacionais com incidência nos Direitos Humanos e que estes se concretizem em rostos e vidas variadas sem discriminações, porque no acesso que tiveram, nas suas formações de ordem diversa, estas não foram marcadas pela marginalidade e pelo estigma pelo facto de serem rapazes ou raparigas mas simplesmente seres humanos que querem habitar, na sua pluralidade, um mundo comum.